

ENSAIO SOBRE SERENIDADE E EDUCAÇÃO

Essay about meekness and education

Manoella Neves¹
Karina Galdino²

Resumo

Norberto Bobbio, em seu livro *Elogio da Serenidade*, defende a idéia de que esta é “a mais impolítica das virtudes”. Embora a considere uma virtude fraca, pois as fortes seriam aquelas naturais de quem dirige o Estado, busca-se, neste texto, propor uma discussão a partir da serenidade como uma das maiores e mais importantes ferramentas para desenvolver uma relação pedagógica mais próxima do graduando, jovem pertencente a uma geração que aprendeu a pensar com a televisão e que não se mostra atualmente engajado com a sala de aula. Sobretudo, os professores do curso de comunicação, precisam, em sua prática pedagógica, levar o aluno a reconhecer, dentre outras coisas, o processo de construção social que o circunda. O homem sereno aceita o outro, afirma Bobbio. Aceitar significa compreender e compreendendo será possível ao docente dar um sentido maior às suas aulas, já que atribuir sentido às coisas é próprio da experiência de comunicação.

Palavras-chave: Serenidade; Ensino superior; Prática pedagógica.

Abstract

Norberto Bobbio, in your book, *In praise of meekness*, defends that its is “the most impolitic among the virtues”, though he consider it’s a weak virtue; the fort virtue would be that naturals in someone manages the State. In this text, on looks for propose a discussion starting from reflexion about the meekness as one of the more bigs and the most importants tools to a pedagogic relation next graduate, young that belong to generation that learned to think with television and doesn’t demonstrates to be engaged in classroom. Especially, the professors of communication courses needs, in your pedagogic practice, to conduct the students to recognize, among other things, around social process. The meek man accepts the other, say Bobbio. To accept means comprehend and comprehending is possible to him give a better direction to their classes, considering that attribute meaning to things is a communications experience.

Keywords: Meekness; High education; Practice pedagogical.

¹ Mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do curso de Administração em Marketing na Faculdade de Alagoas (Fal). E-mail: manoellaneves@hotmail.com.

² Mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Relações Públicas da Bourscheid S.A. Engenharia e Meio Ambiente (Comunicação e Meio Ambiente; e Comunicação como estratégia de Mobilização Social e Cidadania). E-mail: karinagaldino@terra.com.br

Introdução

O ensaio aqui apresentado foi construído a partir das leituras necessárias à prática cotidiana do ensino universitário e da pesquisa em comunicação e, portanto, faz-se necessário dizer que o leitor irá encontrar o texto apresentado em primeira pessoa, já que ao escrevê-lo foi impossível dissociar-nos deste. Neste ensaio, a obra do autor Norberto Bobbio (2002): **Elogio da serenidade e outros escritos morais** possui destaque por se constituir em pressuposto fundamental e estruturante das idéias que são desenvolvidas com a contribuição de outros pensadores de igual importância.

Ao lermos o Elogio da Serenidade de Bobbio (2002), que defende a idéia de que esta, a serenidade, é a mais impolítica das virtudes, e observando e acompanhando pela mídia as discussões em torno da reforma universitária, ficamos a refletir se a serenidade não seria a virtude mais necessária atualmente para aqueles que trabalham com a educação e particularmente para aqueles que lidam com o ensino superior no Brasil.

Buscaremos explicitar sobre a importância da instrução pedagógica do professor – que é este sujeito na sala de aula – e do exercício diário deste ofício, buscando a virtude da serenidade como suporte aos docentes no trato com as questões pedagógicas, na formação da consciência da juventude.

Para pensar a educação é necessário considerar, por exemplo, que a indústria cultural ajudou a criar um poder jovem que apresenta uma essência impulsiva sentida no interior de uma instituição que é da ordem da disciplina, de modo que somos obrigados a pensar a prática educacional a partir de outras formas de ordenação para a formação integral do aluno (RÜDIGER, 1999). Algumas das características da serenidade, no modo como Bobbio (2002) a entende, quando refletidas e exercitadas, pode ajudar no caminho para encontrarmos mecanismos disciplinares menos obsoletos que os atuais como: provas e monitoramento, por parte do professor, da presença do aluno de curso superior em sala de aula, principalmente nas Instituições privadas de Ensino Superior.

Contexto geral da educação no Brasil e as novas configurações

Desde o século passado, o sistema escolar brasileiro vem perdendo sua centralidade na formação da consciência da juventude, diferentemente de sua estrutura inicial propedêutica, fundamentada no ensino da filosofia e teologia, implantada pela Companhia de Jesus. Esse resgate histórico se faz necessário para compreendermos os rumos que a estrutura educacional superior tomou no país e entendermos as ações estruturantes do momento que se vive.

O ensino superior no Brasil iniciou com a colonização portuguesa, que trouxe ao país o modelo de educação clássica européia. Em seu início, o sistema de educação superior no Brasil contava com unidades pequenas, em locais improvisados, com uma burocracia simples. Logo, sua organização tornou-se mais complexa, com locais próprios, funcionários e condições de ensino, surgindo as estâncias educacionais: escolas, academias e faculdades (BRANDÃO, 1997). Em 1920 o Brasil tem sua primeira instituição de ensino superior com *status* de universidade: a Universidade do Rio de Janeiro.

A década de 60 mostrou-se promissora nas ações em educação superior, apesar do golpe militar de 1964, que resultou no exílio de muitos intelectuais. Nesta mesma década, em 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases – LDB conferindo a todos os cidadãos o direito ao ensino público ou privado em todos os níveis. Em 1968, acontece a Reforma do Ensino Superior, inspirada no modelo universitário norte-americano que implementa a estrutura departamental, a eliminação das cátedras, o regime de créditos, as instituições de pesquisa, o sistema de pós-graduação – em níveis de mestrado e doutorado – e o ciclo básico na universidade, onde os dois primeiros anos enfocariam o ensino de disciplinas fundamentais. A estrutura definida na reforma universitária de 68 deveria ser seguida por todas as instituições de ensino superior, sendo inicialmente implementada no ensino público.

A procura pela educação superior aumentou em cinco vezes provocando a expansão do ensino neste nível nas décadas de 70 e 80 (SCHWARTZMAN, 2001). Mas foi principalmente nos anos de 1990 que houve de uma larga expansão das instituições privadas de ensino superior, para atender a crescente demanda no país. Em paralelo, nesse período, as instituições federais de ensino superior apresentam-se com enorme defasagem salarial, problemas estruturais e curriculares.

Nesse novo contexto educacional, é sentida a necessidade de reformar a estrutura de educação, particularmente no ensino superior, que nos últimos anos viu proliferar faculdades privadas de uma forma desregrada. O ensino tornou-se mercadoria e o professor, em termos mercadológico, tornou-se um prestador de serviços educacionais. E enquanto prestação de serviço, o ensino fica ao gosto do freguês, que de um modo geral, mais do que na busca em assimilar realmente o conteúdo dado, tem se revelado na preocupação com nota para passar de período e na discreta (às vezes inexistente) participação em sala de aula – a não ser para contar presença com vistas de não perder o semestre por falta.

A percepção deste contexto na educação superior no Brasil diz, por si, da importância de uma reforma que, apesar de juridicamente ocorrer no campo da política, somente pode ser implementada quando discutida com serenidade para responder qual o sentido do ofício do educador dos dias

atuais. A indagação reforça a idéia de que a reforma não é igual a um plano estratégico de desenvolvimento, não é somente de raiz política por requerer a serenidade. Bobbio (2002) abre o significado desta palavra afirmando que ela chega a ser a antítese da política e que a idéia de que tudo é política não é boa. A proposta deste ensaio é promover uma discussão não política (mas sem dela negligenciar) da educação superior, ou seja, uma discussão sobre o sentido da docência não planejada e não refletida, convencida de que com o ensino o mundo pode ser melhor. Isto é ser sereno, na concepção de Bobbio (2002).

Serenidade e Educação

Ao entrelaçar temas como filosofia do direito, ética, filosofia política e história das idéias, o autor se volta, especialmente, para a análise da serenidade, fazendo tal reflexão a partir de um texto escrito para uma conferência em 1983, cuja publicação saiu na Itália com o título *Elogio della mitezza*. O ensaio trata da virtude da serenidade, pautando-se no diálogo entre moral, direito e política.

O tradutor do livro, Marcos Aurélio Nogueira, explica que sua opção pela palavra serenidade para corresponder à *mitezza* da versão original do livro se dá pelo fato de acreditar que esta se aproxima mais da concepção que Bobbio (2002) busca dar a esta virtude. A versão brasileira diferencia-se, então, das demais, pois os franceses permaneceram com o termo no italiano, os espanhóis escolherem sobriedade e os ingleses preferiram mansidão.

Bobbio (2002) considera a serenidade como a outra face da política. A serenidade se contrapõe às virtudes fortes, como firmeza, ousadia e coragem. Estas, segundo o autor, são as virtudes dos potentes, ou seja, daqueles que têm o ofício de dirigir, guiar, comandar e a responsabilidade de governar o Estado. Ao contrário do que se possa pensar, a serenidade não é letárgica e imóvel, mas permite uma parada para observação crítica, para propor ações pontuais para a modificação da realidade num esforço de colocar as coisas nos seus lugares.

Trazendo essa capacidade de observação crítica com fins de mudança social efetiva para o contexto nacional, este momento de discussão da reforma universitária é favorável para o exercício reflexivo que este ensaio propõe sobre a instrução pedagógica do professor/docente das instituições privadas de ensino superior e lançar algumas sugestões de virtudes a serem agregadas ao perfil desses educadores a fim de que essas instituições encontrem sustentação na oferta de seu “serviço” e tocando o que lhe é fundamental: formar sujeitos não somente qualificados para o desempenho na área de

atuação profissional, mas cidadão com consciência crítica e visão mais ampliada de mundo. Qualidade na educação que promove é papel social de qualquer instituições de ensino, que não deve ser negligenciado em detrimento de uma visão mercadológica da educação.

O ofício de professor/docente é o exercício da serenidade, que permite não entrar “em contato com os outros com o propósito de competir, de criar conflito, e ao final vencer” (BOBBIO, 2002, p. 40). A vitória final deste processo de (re)pensar o ensino superior e em especial, aqui neste ensaio, a instrução pedagógica do professor/docente e as questões que envolvem e interferem no processo de ensino-aprendizagem deve ser da sociedade beneficiada por uma educação que tenha o papel primordial e inexorável na construção de um país desenvolvido com justiça social, gerando distribuição de riqueza e de conhecimento.

Desafios da prática pedagógica a serem pensados com serenidade

Todos os que lidam direta ou indiretamente com a educação parecem concordar que de forma geral o ensino vai mal e necessita mudar diante dos desafios impostos com as novas tecnologias e com a sociedade da estética, do espelho e da festa. Por outro lado, todo educador, facilitador, independente da natureza das Instituições de Ensino Superior (IES) as quais esteja vinculado, tem o desafio de dar sentido à formação escolar para a geração que aprendeu a pensar com a televisão e foi levada a trocar os hábitos de estudo pelas práticas de consumo (RÜDIGER, 1999).

Nas últimas décadas, o aumento e estreito contato com as novas tecnologias da comunicação e informação permitiram um vasto contato com informações variadas, o que não significa conhecimento e propicia o plágio. Embora seja bem verdade que a operação control C control V (copia/colar no meio digital), realizadas hoje nos computadores, são operações ocorridas manualmente tempos atrás. Ser sereno significaria, diante, por exemplo, da atitude de plágio de um aluno na entrega de um trabalho, mostrá-lo que é capaz e competente para fazê-lo ao seu modo, do seu jeito e com suas habilidades, mesmo sabendo que este aluno muitas vezes faz isto achando que usou de esperteza para com o professor. Ser serenos é “deixar que outro seja como é”, não defendendo a aceitação de alunos fazendo plágios, mas compreendendo que na sua aparente esperteza está toda a sua fragilidade, e mesmo assim acreditando que ele pode fazer ao seu modo, numa outra chance.

A postura defensiva e a prova constante de uma superioridade podem revelar um docente inseguro de sua identidade. Quem é não precisa dizer-se. Quem está diante de uma turma transmitindo ensinamentos ocupa

um espaço privilegiado de fala. Ser serenidade é ser simples. Aquele que em tudo enxerga intrigas e tramas, tanto é um sujeito desconfiado em relação aos outros, quanto inseguro em relação a si mesmo. A este sujeito Bobbio (2002) chama de complicado e diz que possivelmente tal sujeito não está disposto à serenidade.

Ensinar é crer que o mundo em que se é obrigado a viver será melhor que o mundo imaginado, ainda que se esteja ciente de que este mundo não existe neste momento e possa ser que jamais venha a existir. “O sereno pode ser configurado como antecipador de um de um mundo melhor” (BOBBIO, 2002, p.42). Ensinar não seria crer num mundo melhor? Ao acreditarmos que estamos formando profissionais éticos e competentes não antecipamos um mundo melhor, porque formamos pessoas melhores?

Serenidade e modéstia não necessariamente co-habitam em uma mesma pessoa. Uma avaliação, nem sempre sincera de si mesmo, caracteriza o modesto. O sereno nem se subavalia e nem se sobreavalia. A serenidade é uma atitude em relação aos outros que não precisa ser correspondida para se revelar em toda a sua dimensão. Não esperamos que o aluno nos seja tolerante, mas nossa postura no âmbito da faculdade é que tem maior poder de determinar a ação destes alunos para conosco. E esta atitude, que vai além de uma ação instrumental, é própria daquele que ensina. A educação orienta-se no limite por um empenho que visa ultrapassar eticamente a melhor circularidade (moral) do costume, temos compromisso com a descontinuidade, de fazer diferente, formando consciências – o que nos exige esforço (SODRÉ, 2001). Como Sodré (2001) afirma, um professor é um lutador de Sumô, nosso esforço é levar o aluno a experienciar um deslocamento.

A sociedade em transformação alarga-se para integrar o ser em transformação e nada pode permanecer estável nesse processo (BAKTHIN, 1982). A Educação, como todos os outros campos, apresenta-se numa ebulição discursiva, frente a esta sociedade onde nada pode permanecer parado se não perece. Há necessidade de adequação do ensino, da escola e esta necessidade talvez se encontre justificada numa consideração de Rüdger (1999, p. 100-101) que diz ser preciso levar em conta

[...] a hipótese de que o corpo estranho em nosso mundo não é o dos alunos que não lêem nem querem assistir a aulas ou fazer deveres de casa, mas essa mesma rotina; de que para um número sempre crescente, as próprias salas de aula estão começando a se tornar entidades alienígenas.

A contextualização e adequação no planejamento do ensino poderão levar-nos a resultados positivos quanto ao aprendiz. Cabe ao professor uma integração do “saber dos livros” e com o “saber do vivido” do grupo de estudante, no espaço curricular da escola. Desta forma o foco do processo de

ensino-aprendizagem deve partir das experiências vividas pelo aprendiz, cabendo ao docente articular e dar novo sentido a essas experiências e conhecimentos já adquiridos. Urge compreender que aprender, agregar novos conhecimentos, não é uma ação mecânica de estímulo-resposta, esta se dá em processo diferenciado e individual.

Sentido do nosso ofício

Não há nada no mundo que quando tocadas pelo homem não receba, não ganhe um significado. Tudo que tocamos se tingem de intencionalidade (serenidade, tolerância, contradições, confusão, loucura...). Tudo precisa ter um sentido e ser compreendido. Em qualquer atividade e profissão, o homem está a transformar sua matéria-prima, seu espaço a fim de que signifique ainda mais para si próprio e para os outros. Para a compreensão da significação dada a cada coisa realizada/construída, é necessária a experiência da leitura – no sentido lato do termo, portanto, da leitura do mundo. Dar sentido é uma experiência de comunicação e foi pensando no sentido da nossa prática de docentes em Comunicação que nos pusemos a escrever este texto.

A experiência pedagógica vem se transformando nos últimos anos tanto pelo fato do surgimento de novos cursos exigindo dos professores adequação a demandas diferenciadas, como pelo fato de que o desenvolvimento da comunicação promoveu uma nova forma de sociabilidade que também se reflete no processo ensino-aprendizagem. Neste mesmo contexto, encontramos atualmente uma característica do sujeito que está diante de uma sala de aula. Muitos destes tornaram-se professores de repente. Já trabalhavam na sua área de atuação, ou terminaram seus cursos mais não tiveram a chance de exercer a profissão, e encontraram na oferta de vagas para ensinar um modo de ganhar dinheiro e de trabalhar, sem, no entanto, terem escolhido a docência como opção primeira.

Para além da preparação de um profissional competente na futura área de atuação, a instrução pedagógica passa pela questão da construção de uma consciência cidadã – o que atesta nosso distanciamento do animal, da resposta condicionada pela repetição. A função do professor está em fazer o aluno perceber, ler e interpretar a realidade posta, fazendo-o refletir uma outra, nova. Mas as coisas estão fora de seus lugares, diz Parzianello (2004) ao referenciar a formação do sujeito que chega à sala de aula sem nenhuma instrução pedagógica, sem a devida qualificação educacional. Há um problema na significação das coisas. Competência e excelência na área de trabalho não significam competência pedagógica, o que não significa também que alguém bem-sucedido na prática não seja um bom teórico.

Para levar o aluno à reflexão é preciso ter condições de despertar nele a vontade de aprender, compartilhando questões, fazendo pensar o mundo, principalmente aquele aluno que está em uma sala de aula depois de um dia de trabalho. Ensinar é o contrário da repetição, é o desconfiar do habitual e buscar a compreensão. Ou seja, compreender é dar novo ordenamento cognitivo, deslocando o aluno de um ponto a outro.

Uma aula como uma exposição é o contrário de um *show*, de uma exibição na qual se procura ser visto havendo uma sobreposição da forma sobre o conteúdo. Alguns professores confundem boa aula com “exposição pirotécnica”. Ser professor não é o mesmo que estar professor. Aquele que é, busca formatar seu texto, ou seja, todo o produto do contexto de preparação, aplicação e avaliação de sua prática pedagógica dentro e fora da sala de aula, de modo que este propicie ao acadêmico chegar à compreensão do que antes lhe parecia complexo. Este professor traz do vulgar e do senso comum à teoria, buscando no aluno o exercício de uma postura crítica/analítica do assunto proposto de modo a eliminar uma possível crise de efeito de sentido.

Os alunos, principalmente das faculdades particulares, exigem do professor uma aula mais prática, menos teórica, afirmando muitas vezes que a teoria não é tão importante, e que o mercado não precisa de sujeitos que lêem, mas que saibam fazer. Por uma relação mercantilista que hoje se evidencia no ensino superior de particulares, estas colocações soam como exigências pautadas no fato de estar sendo pago o serviço educacional.

Exatamente pela natureza do serviço, nada garante que o que está sendo reivindicado pelo estudante seja necessário acatar totalmente. Por outro lado, não é garantia também, pelos motivos que já expusemos, que está exercendo a tarefa de professor dar a este poderes de seguir sua disciplina a sua revelia.

As coisas fora de seus lugares geram naturalmente um desconforto para os deslocados. O aluno ao ter que dividir tempo de estudo e de trabalho apresenta um problema com sua identidade de estudante: “não tive tempo de ler, porque trabalhei até tarde”, “não pude fazer o texto porque tive uma reunião”. E assim, muitas vezes, o estudante não realiza as atividades que o caracterizaria como tal, ficando sua identidade deslocada: é um trabalhador que faz faculdade e não um trabalhador que estuda. O professor muitas vezes passa o dia em outras atividades: consultorias, gerências, administração e não tem tempo para preparar seu material de aula, não pesquisa e tem pouca produção de texto científico, enfim se sente deslocado na divisão de suas atividades.

O exercício da virtude da serenidade, como a entende Bobbio, talvez seja a tarefa das mais importantes para repensarmos nossa prática pedagógica. O conforto no que se está trabalhando localiza-se no sentido dado à atividade que se exerce.

Competências educacionais necessárias à prática pedagógica na contemporaneidade

Enfim, consideramos que a necessidade de ser sereno se dá para repensarmos a instrução pedagógica dos professores de IES privadas e indicar caminhos para mudanças e deve também partir dos que se colocam disponíveis e dispostos a buscar tal instrução. Para tanto, no caso das IES particulares inferimos que a valorização do professor de ensino superior não passa apenas pela questão salarial, mas evidencia-se também no incentivo/investimento na sua instrução pedagógica para que este docente possa desenvolver saberes necessários à educação do futuro.

Para este repensar, podemos ter como mote inicial ao exercício da virtude da serenidade, Edgar Morin (2001) com sua proposta sobre **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**, onde o filósofo aponta virtudes e competências a serem desenvolvidas no contexto do conhecimento fragmentado pela complexidade social que se apresenta. Estes saberes não estão vinculados aos níveis de ensino existentes, mas ao processo educacional como um todo e buscam responder ao que o autor chama de buracos negros da educação. Cremos que sua proposta evidencia a importância de ser professor e não somente estar professor.

A questão a ser levada em conta é evidenciar e fazer compreender o contexto – global e complexo, considerando, sobretudo no mundo contemporâneo, o indivíduo no universo sem esquecer da diversidade humana, não havendo de prescindir do esforço pela compreensão mútua, evitando ruídos num exercício contínuo de tolerância e compaixão. É preciso ainda estar preparado para o caráter desconhecido e para esperar o não esperado e desta forma aprontar-se para enfrentá-lo. Precisamos ainda ser capazes de despertar em nossos alunos a experiência de leitura, exercitando a capacidade de atribuir sentido a coisas ao redor, penetrando no mundo das práticas significantes.

Desta forma, as novas competências educacionais e pedagógicas precisam ser vistas como parte da totalidade do processo de constituição da sociedade. O professor deve ter a consciência sobre o ofício que exerce, buscando eliminar um ensino preso a conteúdo e avaliação. Propor deslocamento: o educador desloca o aprendiz de um canto a outro, ampliando sua visão de mundo no sentido de formar um sujeito crítico capaz de construir argumento racional e sistemático. O docente deve pensar um ensino comprometido com o sujeito aprendiz, que precisa conhecer, e que muitas vezes está frustrado, dando continuidade ao curso superior segundo a conformidade dos estudos, sem nele acreditar, mas confiando na “força do diploma”.

Referências

BAKHTIN, Mikail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, SP: Hucitec, 1992.

Biblioteca on-line de ciências da Comunicação. **Revista eletrônica**. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>.

BOBBIO, Norberto. **Elogio da serenidade e outros escritos morais**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2000.

BRANDÃO, José E. de A. A evolução do ensino superior brasileiro: uma abordagem histórica abreviada. In: MOREIRA, Daniel A. (Org.). **Didática do ensino superior: técnicas e tendências**. São Paulo, SP: Pioneira, 1997. p. 2-59.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº9394/96. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. Rio de Janeiro, RJ: Papyrus, 1997.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam**. 22. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1988. 80p.

MACULAN, Nelson. **Ensino superior: reformar para crescer**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/reforma/Documentos/ARTIGOS>>. Acesso em: 13. fev. 2005.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

NEVES, Manoella; PARZIANELLO, Geder. **Pedagogia da análise dos efeitos de sentido**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/neves-manoella-parzianello-geder-pedagogia-da-analise.pdf>>. Acesso em: 26 mar.2005

ROSSATO, Ricardo. **Século XXI saberes em construção**. Passo Fundo: UPF, 2002.

RÜDIGER, Francisco. Réquiem pela Escola? Perspectiva da Educação na Era da Indústria Cultural. In: RÜDIGER, Francisco et al. **Tendências na comunicação**. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1999.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência** : a formação da comunidade científica no Brasil. Tradução 2001. Disponível em: <<http://www.schwazrtman.org.br/simon/spacept/espaco.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2003.

SODRÉ, Muniz. **Mídia, ética e educação.** [Texto da aula inaugural em 3 de abril de 2001]. Porto Alegre: PPGCOM/UFGRS, 2001.

TEXEIRA FILHO, Jaime. **Sobre saber ler na sociedade do conhecimento.** Disponível em: <<http://www.wellplural.vilabol.uol.com.br/leitura04.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2005.

VIRILIO, Paul. **Velocidade e política.** São Paulo, SP: Estação Liberdade, 1996.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações.** São Paulo, SP: Martin Claret, 2004. (Coleção a obra-prima de cada autor).

Recebido em: 13 de outubro de 2006.
Aprovado em: 07 de dezembro de 2006.